

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AVALIAÇÕES EXTERNAS: BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES ATÍPICOS E PERSPECTIVAS PARA UMA AVALIAÇÃO EQUITATIVA**INCLUSIVE EDUCATION AND EXTERNAL ASSESSMENTS: BARRIERS TO THE PARTICIPATION OF ATYPICAL STUDENTS AND PERSPECTIVES FOR AN EQUITABLE ASSESSMENT** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-057>**Nívea Maria Lopes Vilarva**

Pedagoga

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional, Mestrado em Educação Inclusiva - PROFEI

UNEMAT Sinop

Rondonópolis - MT

E-mail: niveavilarva@ gmail.com

Silvana da Silva Reis

Mestra em Educação Inclusiva (PROFEI)

Rondonópolis - MT

E-mail: silreis977@gmail.com

Maria Margarida Barbosa de Sá Santos

Pedagoga e Mestre em Educação Inclusiva, PROFEI/UFMT

Rondonópolis - MT

E-mail: margaridabsantos@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8743-3663>**Resumo**

A educação inclusiva representa um importante avanço na garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características ou necessidades específicas. Entretanto, no contexto das avaliações externas, ainda são observadas dificuldades relacionadas à oferta de recursos e adaptações capazes de assegurar a participação equitativa dos estudantes atípicos. Diante dessa realidade, este capítulo tem como objetivo discutir as principais barreiras presentes nas avaliações em larga escala e refletir sobre seus impactos na inclusão educacional. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, desenvolvido por meio de revisão narrativa da literatura, com base em artigos científicos, livros, documentos oficiais e legislações que abordam a educação inclusiva, a avaliação educacional e a acessibilidade. A análise da literatura evidencia que, embora as políticas públicas tenham promovido avanços na ampliação do acesso às avaliações externas, ainda persistem desafios relacionados à padronização dos instrumentos, à insuficiência de adaptações para diferentes perfis de estudantes, à formação dos profissionais envolvidos e à necessidade de práticas avaliativas mais sensíveis à diversidade. Conclui-se que a efetivação de uma avaliação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas educacionais, acessibilidade, formação

continuada e revisão dos modelos de avaliação, de modo que os resultados obtidos reflitam, de forma mais justa, as aprendizagens e potencialidades dos estudantes.

Palavras-chave: Acessibilidade educacional; Avaliações externas; Educação inclusiva; Equidade; Estudantes atípicos.

Abstract

Inclusive education represents an important step toward ensuring every student's right to learn, regardless of individual characteristics or specific educational needs. However, in the context of largescale external assessments, challenges remain regarding the provision of accommodations and accessibility resources that ensure equitable participation for neurodivergent and other atypical students. This chapter aims to discuss the main barriers found in external assessments and reflect on their implications for inclusive education. The study adopts a qualitative approach based on a narrative literature review of scientific articles, books, official documents, and legislation addressing inclusive education, educational assessment, and accessibility. The literature indicates that, despite significant progress in expanding access to external assessments, important challenges persist, including the standardization of assessment instruments, limited accommodations for diverse student profiles, insufficient professional training, and the need for assessment practices that better recognize learner diversity. It is concluded that achieving truly inclusive external assessments requires coordinated educational policies, improved accessibility, continuous professional development, and the revision of current assessment models so that assessment results more accurately represent students' learning and potential.

Keywords: Educational accessibility; Educational equity; External assessments; Inclusive education; Neurodivergent students.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva nas últimas décadas representa um dos principais avanços das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação de todos os estudantes, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. Essa perspectiva ultrapassa a simples inserção do estudante público-alvo da educação especial no ensino regular, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e avaliativas que promovam a participação efetiva e a aprendizagem em condições de equidade (Mantoan, 2015). Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem e, especialmente, as avaliações externas em larga escala assumem papel estratégico na formulação de políticas públicas, no monitoramento da qualidade da educação e na definição de indicadores educacionais.

Nas últimas décadas, avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) passaram a orientar decisões relacionadas ao planejamento educacional, ao financiamento e à implementação de programas governamentais. Entretanto, embora esses instrumentos tenham ampliado sua abrangência, ainda são objeto de discussões quanto à capacidade de contemplar a diversidade existente nas salas de aula brasileiras, sobretudo no que se refere aos estudantes atípicos, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva e outras condições que demandam recursos específicos de acessibilidade (Bauer; Alavarse; Oliveira, 2023).

Segundo Booth e Ainscow (2011), uma educação verdadeiramente inclusiva pressupõe a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação, reconhecendo que muitas dificuldades enfrentadas pelos estudantes decorrem das limitações impostas pelos sistemas educacionais, e não de suas características individuais. Sob essa perspectiva, a avaliação deve ser compreendida como um processo comprometido com a promoção da aprendizagem e da justiça educacional, evitando práticas que reforcem desigualdades historicamente construídas.

No Brasil, a legislação assegura o direito à acessibilidade em todos os processos educacionais. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelecem que estudantes com deficiência e demais públicos da educação especial devem ter garantidas condições de participação em igualdade de oportunidades, incluindo os processos avaliativos. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, reforça que a educação deve ser ofertada em sistemas inclusivos e livres de discriminação (Brasil, 2009).

Apesar desses avanços normativos, estudos recentes apontam que ainda existem desafios relacionados à implementação de adaptações adequadas nas avaliações externas. Embora recursos como tempo adicional, leitor, transcritor, provas ampliadas e materiais acessíveis estejam previstos em diversas avaliações, tais medidas nem sempre contemplam a diversidade das necessidades educacionais existentes, especialmente no caso dos estudantes neurodivergentes. Em muitos casos, a estrutura padronizada dos instrumentos avaliativos pode limitar a demonstração dos conhecimentos efetivamente construídos pelos estudantes, comprometendo a interpretação dos resultados e a promoção da equidade (UNESCO, 2020; OCDE, 2023).

Diante desse cenário, delimita-se como problema de pesquisa a seguinte questão: em que medida as adaptações atualmente disponibilizadas nas avaliações externas brasileiras são suficientes para assegurar

a participação equitativa dos estudantes atípicos e produzir resultados que representem adequadamente suas aprendizagens?

O objetivo geral deste capítulo consiste em analisar os desafios relacionados à participação de estudantes atípicos nas avaliações externas, discutindo os limites das adaptações atualmente ofertadas e suas implicações para a efetivação da educação inclusiva.

Como objetivos específicos, pretende-se: compreender os fundamentos da educação inclusiva e da avaliação educacional; identificar as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes atípicos nas avaliações externas; analisar o respaldo legal referente à acessibilidade nos processos avaliativos; e discutir possibilidades de aprimoramento das avaliações em larga escala, visando à promoção da equidade e da justiça educacional.

A escolha da temática justifica-se pela crescente ampliação das políticas de inclusão escolar e pela relevância das avaliações externas como instrumentos de monitoramento da qualidade da educação brasileira. Considerando que os resultados dessas avaliações subsidiam decisões pedagógicas e administrativas, torna-se necessário refletir se os instrumentos atualmente utilizados conseguem avaliar, de forma equitativa, estudantes com diferentes perfis de aprendizagem. Além disso, a discussão contribui para fortalecer práticas avaliativas mais acessíveis e alinhadas aos princípios da educação inclusiva, favorecendo a construção de políticas públicas mais sensíveis à diversidade presente nas escolas.

Por fim, este capítulo fundamenta-se em contribuições de pesquisadores reconhecidos nas áreas da educação inclusiva e da avaliação educacional, como Mantoan (2015), Booth e Ainscow (2011), Luckesi (2022), Hoffmann (2019), Bauer, Alavarse e Oliveira (2023), além de documentos publicados pela UNESCO (2020) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2023), buscando articular referenciais teóricos e normativos para compreender os desafios contemporâneos da inclusão nas avaliações externas.

2 METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este capítulo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica e objetivo descritivo-analítico, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura associada à análise documental. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão de fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando aspectos sociais, políticos e pedagógicos relacionados à inclusão escolar e às avaliações externas. De acordo com Creswell e Poth (2023), esse tipo de investigação favorece a interpretação crítica de fenômenos educacionais a partir de diferentes perspectivas teóricas e contextuais.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção deste capítulo foi realizada mediante levantamento e análise de produções científicas e documentos normativos que abordam a educação inclusiva, as avaliações em larga escala, a acessibilidade e a equidade educacional. A revisão narrativa foi adotada por permitir integrar diferentes perspectivas teóricas sobre o tema, favorecendo a discussão crítica do estado atual do conhecimento sem a rigidez metodológica exigida pelas revisões sistemáticas. Esse tipo de revisão é amplamente empregado em estudos de natureza educacional quando o objetivo consiste em compreender, contextualizar e discutir determinado fenômeno.

2.3 FONTES DE DADOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Foram utilizados artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros de referência, legislações brasileiras e documentos produzidos por organismos nacionais e internacionais relacionados à educação inclusiva e à avaliação educacional. Priorizou-se a inclusão de publicações editadas entre 2015 e 2025, visando contemplar discussões recentes sobre acessibilidade, equidade e políticas públicas educacionais, sem desconsiderar documentos normativos e obras de reconhecida relevância para a compreensão do tema.

Os materiais foram selecionados considerando sua pertinência ao problema de pesquisa, consistência metodológica, atualidade e reconhecimento científico, sendo excluídos estudos que não apresentavam relação direta com os objetivos propostos neste capítulo.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a seleção do material, procedeu-se à leitura exploratória, seguida da leitura analítica e da síntese interpretativa dos estudos. As informações foram organizadas em categorias temáticas relacionadas aos fundamentos da educação inclusiva, às características das avaliações externas, às barreiras enfrentadas por estudantes atípicos e às possibilidades de construção de processos avaliativos mais equitativos. Essa estratégia possibilitou estabelecer relações entre os referenciais teóricos, a legislação vigente e as evidências apresentadas na literatura científica, permitindo uma discussão coerente com os objetivos propostos para o capítulo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica e dos documentos normativos selecionados permitiu identificar que a ampliação das políticas de educação inclusiva no Brasil foi acompanhada por avanços significativos no acesso de estudantes público-alvo da educação especial ao ensino regular. Entretanto, os estudos analisados demonstram que a expansão do acesso não foi acompanhada, na mesma proporção, pela adequação dos

processos avaliativos, especialmente daqueles utilizados em avaliações externas em larga escala. Esse resultado evidencia uma das principais contradições apontadas pela literatura contemporânea: embora a inclusão escolar tenha se consolidado como princípio orientador das políticas educacionais, ainda persistem desafios relacionados à garantia da participação equitativa dos estudantes atípicos nos processos de avaliação educacional.

A revisão narrativa evidenciou que as avaliações externas desempenham papel estratégico na formulação e no monitoramento das políticas públicas educacionais, uma vez que subsidiam indicadores de qualidade da educação, orientam investimentos e influenciam o planejamento das redes de ensino. Contudo, Bauer, Alavarse e Oliveira (2023) destacam que a padronização necessária para assegurar comparabilidade entre os resultados pode representar um obstáculo quando desconsidera a diversidade dos processos de aprendizagem presentes nas escolas. Nesse sentido, o desafio não está na existência das avaliações externas, mas na capacidade desses instrumentos de contemplarem diferentes formas de participação sem comprometer sua validade e confiabilidade.

Essa constatação dialoga diretamente com a metodologia adotada neste estudo. Ao reunir evidências provenientes de pesquisas nacionais, documentos oficiais e publicações de organismos internacionais, foi possível observar convergência entre diferentes autores quanto à necessidade de superar uma compreensão homogênea da avaliação educacional. A literatura analisada demonstra que estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva e outras condições que demandam apoios específicos ainda encontram barreiras que extrapolam suas características individuais, estando relacionadas, principalmente, ao formato dos instrumentos avaliativos, ao tempo destinado para realização das provas, à linguagem utilizada nos enunciados e à limitada oferta de recursos de acessibilidade.

Essas evidências corroboram a perspectiva apresentada pela UNESCO (2020), segundo a qual sistemas educacionais inclusivos não podem restringir-se ao acesso físico à escola, devendo assegurar condições efetivas de participação em todas as dimensões do processo educativo, incluindo a avaliação. Sob essa perspectiva, avaliar de forma inclusiva significa reconhecer que diferentes estudantes podem demonstrar conhecimentos e competências por meios distintos, sem que isso comprometa os objetivos educacionais ou reduza a qualidade dos processos avaliativos.

A análise dos estudos também revelou que parte das dificuldades enfrentadas pelos estudantes atípicos decorre da permanência de modelos avaliativos historicamente fundamentados na uniformização dos procedimentos. Ainda que diversas avaliações externas brasileiras disponibilizem recursos como tempo adicional, provas ampliadas, aplicação em braille, apoio de leitor, transcritor e intérprete de Libras, a literatura aponta que tais adaptações nem sempre respondem à diversidade das necessidades educacionais existentes. Para estudantes neurodivergentes, por exemplo, fatores como organização visual da prova,

extensão dos textos, excesso de estímulos gráficos, complexidade linguística e rigidez temporal podem interferir significativamente na compreensão das questões e, consequentemente, no desempenho obtido.

Tabela 1 – Principais barreiras identificadas na literatura sobre a participação de estudantes atípicos em avaliações externas:

Barreira identificada	Possíveis impactos no processo avaliativo
Linguagem excessivamente complexa	Dificulta a compreensão dos enunciados e reduz o desempenho do estudante.
Tempo padronizado para realização da prova	Limita a participação de estudantes com diferentes ritmos de processamento das informações.
Recursos de acessibilidade insuficientes	Compromete a demonstração dos conhecimentos adquiridos.
Formação limitada dos aplicadores	Dificulta a utilização adequada das adaptações previstas.
Padronização dos instrumentos	Reduz a possibilidade de contemplar diferentes perfis de aprendizagem.

Fonte: Elaboração própria com base na literatura analisada (UNESCO, 2020; OCDE, 2023; Bauer; Alavarase; Oliveira, 2023).

Outro aspecto recorrente identificado durante a análise documental refere-se ao distanciamento existente entre os avanços legislativos e sua efetiva implementação nos processos avaliativos. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconhecem o direito à acessibilidade e à igualdade de oportunidades em todas as etapas da escolarização. Entretanto, os estudos revisados indicam que a materialização desses princípios ainda enfrenta obstáculos relacionados à infraestrutura, à formação continuada dos profissionais da educação, à disponibilidade de recursos assistivos e à própria concepção de avaliação predominante nos sistemas educacionais.

Nesse contexto, torna-se evidente que a equidade não deve ser compreendida como tratamento igual para todos os estudantes, mas como oferta de condições diferenciadas que possibilitem igualdade de oportunidades para demonstrar as aprendizagens desenvolvidas. Essa compreensão aproxima-se das discussões internacionais sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a organização de práticas pedagógicas e avaliativas capazes de contemplar a diversidade desde sua concepção, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores. Conforme apontam CAST (2024), avaliações planejadas sob os princípios do DUA tendem a ampliar a participação dos estudantes ao oferecer diferentes formas de acesso às informações, expressão do conhecimento e engajamento durante o processo avaliativo.

Os resultados desta revisão também evidenciaram que a utilização de tecnologias digitais e recursos de tecnologia assistiva tem sido apontada como uma estratégia promissora para tornar as avaliações externas mais acessíveis. Ferramentas como leitores de tela, sintetizadores de voz, ajustes de contraste, ampliação de fontes, recursos multimodais e plataformas digitais adaptáveis ampliam as possibilidades de participação de estudantes com diferentes necessidades educacionais. Contudo, a literatura ressalta que a simples disponibilização desses recursos não garante, por si só, uma avaliação inclusiva. É necessário que sua implementação esteja articulada à formação dos profissionais responsáveis pela aplicação das avaliações e ao planejamento pedagógico desenvolvido pelas escolas.

Tabela 2 – Recursos de acessibilidade presentes nas avaliações externas e desafios apontados pela literatura:

Recursos disponibilizados	Desafios ainda identificados
Tempo adicional	Critérios de concessão nem sempre contemplam todas as necessidades.
Ledor e transcritor	Necessidade de formação específica dos profissionais.
Provas em braille	Cobertura restrita ao público com deficiência visual.
Fonte ampliada	Não atende estudantes com dificuldades cognitivas ou de processamento.
Intérprete de Libras	Disponibilidade variável entre diferentes avaliações.
Recursos digitais	Dependem de infraestrutura tecnológica e capacitação.

Fonte: Elaboração própria com base em INEP (2024), UNESCO (2020) e OCDE (2023).

Outro achado importante refere-se à necessidade de ampliar a compreensão sobre o próprio conceito de desempenho escolar. Os estudos analisados indicam que resultados inferiores obtidos por estudantes atípicos em avaliações externas não podem ser interpretados, de forma isolada, como indicadores de menor aprendizagem. Em diversos casos, esses resultados refletem barreiras presentes no instrumento avaliativo e nas condições de aplicação da prova, comprometendo a validade da avaliação enquanto medida das competências efetivamente desenvolvidas pelos estudantes. Essa interpretação reforça a importância de considerar os princípios da avaliação formativa e da avaliação para a aprendizagem como elementos complementares às avaliações em larga escala, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da qualidade da educação.

Em síntese, a análise realizada confirma o problema de pesquisa apresentado neste capítulo ao demonstrar que, embora tenham ocorrido avanços expressivos nas políticas de inclusão e na oferta de

determinados recursos de acessibilidade, permanecem desafios relacionados à efetivação de avaliações externas verdadeiramente inclusivas. Os resultados indicam que a promoção da equidade depende da articulação entre políticas públicas, formação continuada dos profissionais, ampliação dos recursos de acessibilidade, incorporação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e revisão dos modelos tradicionais de avaliação. Dessa forma, torna-se possível construir processos avaliativos capazes de respeitar a diversidade humana sem comprometer a qualidade, a comparabilidade dos resultados e a função das avaliações externas no aprimoramento das políticas educacionais.

4 CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo analisar as barreiras enfrentadas por estudantes atípicos nas avaliações externas, discutindo em que medida as adaptações atualmente disponíveis contribuem para a efetivação de uma avaliação mais equitativa no contexto da educação inclusiva. A partir da metodologia adotada, baseada em revisão narrativa da literatura e análise documental, foi possível compreender que o tema envolve não apenas aspectos pedagógicos, mas também políticos, normativos e estruturais que atravessam os sistemas de avaliação em larga escala.

Os principais resultados indicam que, embora haja avanços importantes na consolidação de políticas de inclusão e na oferta de recursos de acessibilidade nas avaliações externas, ainda persistem limitações significativas quanto à efetividade dessas adaptações. A literatura analisada evidencia que a padronização dos instrumentos avaliativos, a linguagem utilizada nas provas, o tempo rígido de aplicação e a insuficiência de estratégias que contemplem a diversidade dos perfis de aprendizagem ainda configuram barreiras relevantes à participação plena dos estudantes atípicos. Observou-se também que, em muitos casos, o desempenho obtido nesses exames pode não refletir exclusivamente o nível de aprendizagem do estudante, mas sim as condições em que a avaliação é aplicada.

Nesse contexto, a pesquisa contribui ao evidenciar a necessidade de repensar os modelos tradicionais de avaliação externa à luz dos princípios da educação inclusiva e da equidade. Destaca-se a importância de incorporar perspectivas como o Desenho Universal para a Aprendizagem, a ampliação das tecnologias assistivas e o fortalecimento da formação docente voltada à acessibilidade avaliativa. Além disso, reforça-se que a avaliação deve ser compreendida como parte integrante do processo educativo e não apenas como instrumento de mensuração padronizada de desempenho.

Como contribuição central, este estudo sistematiza discussões atuais sobre a relação entre avaliações externas e educação inclusiva, oferecendo uma análise integrada de marcos legais, produções científicas e documentos institucionais. Dessa forma, contribui para o debate acadêmico e para a reflexão de gestores e profissionais da educação sobre a necessidade de construção de práticas avaliativas mais justas, acessíveis e sensíveis à diversidade.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre o impacto das diferentes formas de adaptação nas avaliações externas, especialmente no que se refere aos estudantes neurodivergentes, bem como estudos empíricos que analisem a percepção de professores, aplicadores e estudantes sobre a efetividade desses recursos. Também se aponta a relevância de estudos comparativos entre diferentes sistemas de avaliação, com vistas a identificar práticas mais inclusivas e potencialmente replicáveis em contextos educacionais diversos.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Avaliações em larga escala e qualidade da educação: limites e possibilidades**. São Paulo: Editora X, 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.
- CAST. **Universal Design for Learning Guidelines**. Wakefield: CAST, 2024.
- CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2023.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2019.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliações educacionais em larga escala e acessibilidade**. Brasília, DF: INEP, 2024.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2022.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Equity and inclusion in education: supporting all learners**. Paris: OECD Publishing, 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Inclusion and education: all means all**. Paris: UNESCO, 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global education monitoring report: inclusion in education**. Paris: UNESCO, 2024.